

O Impacto do Discurso Desenvolvimentista sobre a Memória

“Os objetos, vivos no presente, como integrantes fundamentais das cidades e sua produção, num momento posterior se tornam obsoletos e descartáveis para novas temporalidades entrando em conflito com os diferentes seguimentos sociais”.

Betina Adams

Basta uma rápida folheada nos jornais da década de 1970 para perceber que o discurso desenvolvimentista teve papel fundamental na pacificação dos cidadãos durante o processo de demolição do Miramar, em Florianópolis. E essa aceitação, manifestada pelo silêncio da maioria, foi patrocinada pela compreensão de que a cidade precisava ser atualizada, isto é, corrigida, “para não perder o bonde da História” e, mais do que tudo, para acompanhar o “progresso”, à época representado por um projeto rodoviário de desenvolvimento.

Por isso, é importante uma reflexão sobre os discursos dos diversos atores estampados nos jornais. Sabemos que, quer sob a forma de reportagem, espaço editorial ou de opinião, no jornal o discurso vira “notícia” e, para alguns, adquire status de verdade. Parodiando o slogan da revista que circulou em décadas passadas – “**Aconteceu, virou Manchete**”, podemos dizer que, aos olhos, ou melhor, aos ouvidos desatentos -**Virou manchete, aconteceu!**

A verdade é que o discurso desenvolvimentista encontrou receptividade à proposta de desalojar o Miramar, convencidos que estávamos da sua inutilidade, da sua decadência (de certa forma patrocinada) e da imperiosa necessidade de sua remoção de uma paisagem urbana assolada por gravíssimos problemas viários e pela estagnação econômica; visão estreita, típica “(...) de um tempo marcado pela escolha de soluções rodoviárias”, arremata Paulo César Santos.

Ele, que estudou o impacto do aterramento da Baía Sul sobre a Memória de Florianópolis, destaca que o discurso que desqualificava a edificação reverberava e se estendia para o mar, como se a presença das águas, ocupando um espaço exagerado, fosse ilegítima, como se

aos técnicos, do alto de sua autoridade, coubesse a correção aos exageros da Natureza.

“Assim, demolir o Miramar (...) seria uma intervenção no sentido de negar o privilégio excessivo que o mar dispunha na vida de Florianópolis. O equivalente a dizer: ‘Esta área é imprópria para ao mar’ ”. (Santos).

E enquanto isso, o que se lia nos jornais? Os discursos. Uma orquestração onde se desqualificava o ambiente natural e se vendia a ilusão de uma cidade construída, humanizada, perfeita:

Jornal O Estado, edição de 14 de setembro de 1974, p. 12:

“As preocupações dos técnicos abrangem todos os setores da vida urbana dos cidadãos de Florianópolis. Tratava-se de preservar a cidade e ao mesmo tempo desenvolvê-la para atender aos reclamos do seu progresso. O espaço urbano era insuficiente para o crescimento equilibrado da cidade. Por isto, trouxemos ao aterro uma parte das atividades da cidade, tendo o cuidado de preservá-la principalmente para o lazer. (...) o sistema viário proposto visa dar disciplina e boas condições de escoamento ao tráfego que demandará a nova ponte. O mais importante no projeto é sua unidade. Nada permanece isolado. O aterro é uma extensão da cidade. Ele abrangerá todas as atividades que congestionam o atual centro”.

(discurso de **João Antônio Del Nero** – diretor do **Escritório Técnico J. C. Figueiredo Ferraz**, de São Paulo em entrevista).

Mas, principalmente, se desqualificava o Miramar, os cidadãos e sua afetiva relação com a edificação enquanto se outorgava aos técnicos uma autoridade (baseada na racionalidade, portanto superior) para decidir o que deveria e o que não deveria ser preservado:

Jornal O Estado, edição de 11 de outubro de 1974

Título: Patrimônio Histórico: o que deve ser preservado

Box: “O arquiteto e urbanista Paulo Rocha, da prefeitura Municipal (...) diz que há uma grande diferença entre patrimônio histórico e ‘patrimônio histórico’ ”.

“A conservação de um determinado monumento considerado histórico em uma cidade, sempre gera uma série de protestos que coloca em lados opostos os que desejam erguer novas

construções e os saudosistas, que não admitem que o monumento seja derrubado. Para se conservar um monumento é necessário primeiro saber se o mesmo mantém características arquitetônicas marcantes de determinada época, sem o que não se justifica sua conservação. (...) recentemente um exemplo semelhante aconteceu na Capital, quando a Prefeitura anunciou que o Teatro Trapiche seria derrubado. Os protestos contra a demolição (...) surgiram de todos os cantos da cidade, desde o mais graduado professor, até o mais humilde munícipe, os quais mantêm boas recordações de momentos vividos naquele local. Conforme já foi divulgado, o Miramar (...) dentro em breve será apenas uma lembrança, uma vez que no local passará a Avenida Perimetral, que faz parte dos acessos da nova ponte. O Miramar é um exemplo típico de monumento que não tem razão real para ser conservado. Trata-se de uma arquitetura da época industrial, mas da qual pouco resta do seu projeto inicial (...) Caso não houvesse a necessidade do prédio sair do local para a construção dos acessos, poderia ser conservado, mas somente como um marco de que anteriormente ali havia sido mar, nada mais do que isso”.

Mas, sobretudo, desqualificavam-se os resistentes que lutavam pela preservação da Memória:

“Existem dois tipos de patrimônios na concepção dos técnicos no assunto: o patrimônio histórico, de valor indiscutível e o chamado ‘patrimônio histórico’, defendido por aqueles que querem a todo custo que tudo o que é velho ou diferente seja conservado. O caso do Teatro Trapiche se enquadra perfeitamente na segunda opção, o mesmo acontecendo com o Mictório Público, por muitos defendido com unhas e dentes, mas que na realidade não tem valor histórico nenhum”.

Sabemos que as palavras não são neutras, nem estereis. A linguagem é, por natureza, persuasiva, estratégica. A intenção do discurso é a persuasão, uma intenção declarada, sem pruridos, pela publicidade: “*Publicidade é sedução*” confessou, certa vez, Washington Olivetto, o experiente publicitário. Na década de 1970, os anúncios publicitários direcionavam seus esforços para tornar desejável uma nova realidade: a verticalização da paisagem da provinciana Florianópolis. Um discurso objetivo, pragmático:

Jornal O Estado edição de 15 de junho de 1974, pág. 11

“Uma cidade não tem o direito de ser somente patrimônio histórico”. “A tendência é a modernização”. Construtora A Gonzaga.

Esse esforço se justificava, pois, para que o discurso produza seus efeitos, é necessário que os conversantes ponham-se de acordo e que se produza afinidade entre voz e ouvido acerca dos conteúdos e dos valores atribuídos ao que é representado. Daí a importância

fundamental da argumentação que tem uma única finalidade: persuadir o ouvido.

“Eu falo, falo – diz Marco Pólo –, mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja. (...) Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido” (Calvino).

Aos poucos, movidos por um desejo, legítimo, de reverter a estagnação econômica em que historicamente se encontrava a cidade, a população de Florianópolis, com seu silêncio, aderiu ao projeto, renegando um importante símbolo da sua maritimidade. Mas, ainda que não encontrassem eco, algumas vozes se levantaram.

Leituras de referência para este artigo:

Adams, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história.** Florianópolis. Editora da UFSC, 2002.

Calvino, Ítalo. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

Citelli, Adilson. **Linguagem e Persuasão.** 9ª ed. São Paulo. Ática, 1995.

Maturana, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política.** Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998.

Nonnemmacher, Marilange. **Um lugar na memória:** Rua Conselheiro Mafra. Dissertação. UFSC, 2002.

Orlandi, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento:** as formas do discurso. 2ª ed. Campinas. SP. Pontes, 1987.

Santos, Paulo César. **Espaço e Memória:** o aterro da Baía Sul e os desencontros marítimos de Florianópolis. Dissertação. UFSC, 1997.